

Impeachment! Em nome do povo: uma análise discursiva da revista Veja nos governos Collor e Rouseff

Impeachment! On behalf of the people: a discursive analysis of the Veja magazine in the Collor and Rouseff governments

*Tathiana Senne Chicarino*¹

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

tschicarino@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9306-5668>

*Rosemary Segurado*²

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

roseseg@uol.com.br

<https://orcid.org/0000-0002-3910-4603>

*Sebastián Ronderos*³

University of Essex

sr18778@essex.ac.uk

<https://orcid.org/0000-0003-4254-6207>

https://doi.org/10.14195/2183-6019_12_8

Resumo:

Pode o populismo ser empregado de uma forma analiticamente produtiva para compreender a incidência da mídia em complexos processos de disputa política? Ao abordar a produção discursiva da revista *Veja* nos processos de impeachment de Fernando Collor de Mello e Dilma Rousseff, ambos presidentes eleitos no período posterior à redemocratização brasileira (pós-1985), o presente artigo demonstra como os atores da mídia se tornam sujeitos centrais na composição discursiva dos antagonismos políticos. Para tanto, analisamos em seus conteúdos midiáticos as terminologias correlatas à categoria discursiva povo nos dois contextos e, embora se tenha construído uma clara oposição a Collor e Dilma, à petista se atribui um recurso de significação essencialista advindo

de sua relação com o PT, tido como intrinsecamente corrupto. Para a revista, a retirada do PT por parte de um certo “povo” nos levaria a um futuro sem divergências e polarizações, ou seja, sem antagonismos. Mas o fim não é o da polarização em si, mas da convergência com seu próprio projeto político-midiático. Assim, a compreensão do populismo como uma categoria analítica, ao invés de uma caracterização meramente descritiva, nos oferece uma nova agenda de pesquisa para compreender o papel de enunciadores-chave nos desafios sociais e políticos contemporâneos.

Palavras-chave: populismo; povo; *Veja*; impeachment; Collor; Rousseff.

Abstract:

Can populism be used in an analytically productive way to understand the

incidence of media in complex political dispute processes? By addressing the discursive production in the *Veja* magazine at the time of the impeachment of Fernando Collor de Mello and Dilma Rousseff, both presidents elected in the period after the redemocratization of Brazil (post 1985), this article demonstrates how media actors become central subjects in the discursive composition of political antagonisms. To do so, we analyse the terminology related to the discursive category of people in the media contents in the two contexts. While there was a clear opposition to Collor and Dilma, the discourse of the Labour Party politician (Dilma) has an essentialist significance that derives from her relationship with the PT (Labour) party, seen as intrinsically corrupt. For the magazine, the withdrawal from the PT party of a certain kind of “people” would lead to a future devoid

¹ Tathiana Senne Chicarino é Doutora e Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP. Professora de pós-graduação na Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC/SP e do Grupo de Pesquisa Comunicação e Sociedade do Espetáculo Cásper Líbero. Editora da *Aurora*, revista de arte, mídia e política (PUC/SP).

² Rosemary Segurado é Pós-doutorada em Comunicação Política pela Universidade Rey Juan Carlos de Madrid. Doutora em Ciências Sociais (Ciência Política) pela PUCSP. Professora do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais da PUCSP. Professora da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (NEAMP) da PUC/SP. Editora da *Aurora*, revista de arte, mídia e política (PUC/SP).

³ Sebastián Ronderos é Doutorando e professor no departamento de Governo da University of Essex. Pesquisador no Centro da Ideologia e a Análise do Discurso (cIDA), University of Essex, Colchester, Reino Unido.

of disparities and polarizations, that is, without antagonism. But the end is not of polarisation itself, but rather of the convergence with its own political-media project. Therefore, understanding populism as an analytical category rather than a purely descriptive characterisation gives us a new avenue of research to understand the role of key speakers in contemporary social and political challenges.

Keywords: Populism; people; *Veja*; impeachment; Collor; Rouseff.

Introdução

Em 1992, Fernando Collor de Mello renunciou à presidência antes da votação final sobre o pedido de impedimento do seu mandato no Congresso Nacional. Em 2016, Dilma Rouseff foi afastada do comando do Executivo em meio a uma das crises políticas mais dramáticas da história política recente. Os dois casos caracterizam clivagens críticas chave para compreendermos o curso da recente democracia brasileira, e atores midiáticos têm exercido neles um papel protônico. Nesse contexto, destacamos o papel da Revista *Veja* como um ator central na estruturação dos antagonismos políticos que deram curso aos dois processos de impedimento de mandato presidencial que marcam a ascensão e a crise da Sexta República Brasileira. Em 2016, mesmo com um ecossistema midiático marcado pela ampla diversidade de atores envolvidos no debate em torno do processo de *impeachment*, *Veja* ainda manteve um papel de destaque na comunicação política, influenciando a opinião pública, conforme abordaremos nas edições analisadas.

Criada em setembro de 1968, a revista passou por mudanças em seu

projeto editorial, que também se fez como projeto político-midiático¹. Durante os anos de ditadura civil-militar (1964-1985)² é possível distinguir dois projetos de *Veja*. O primeiro deles, encabeçado por Mino Carta, redator-chefe de *Veja* de 1968 a 1976, tinha como tônica a crítica ao milagre econômico³ e a produção de matérias sobre torturas e perseguições políticas interpretadas por meio dos aparelhos estatais, especialmente a partir de 1974 – data de início da transição lenta, gradual e segura idealizada e materializada por Geisel e Golbery.

O segundo projeto político-midiático, em consonância com a própria transição para a democracia que

1 Para saber mais ver: Chicarino, T., & Segurado, R. (2019). A revista *Veja* e um projeto político-midiático em disputa hegemônica. ANPOCS. In: <http://anpocs.com/index.php/43-encontro-anual-2019/2750-encontros-anuais/43-encontro/2209-programacao-preliminar?showall=&start=15>

2 Dados obtidos em dissertação de mestrado: Chicarino, T. (2015). *A disputa por um projeto político hegemônico: o caso da revista Veja na transição democrática 1974-1985*. PUC/SP.

3 Auto intitulação feita por parte dos militares e de civis presentes na gestão governamental da economia para designar o crescimento do produto interno bruto (PIB) entre 1969 e 1973.

somente findaria em 1985, era de manutenção do *status quo*, de priorização da tomada de decisão da elite política dirigente e de não condenação dos possíveis crimes cometidos por agentes do Estado sob o marco legal da Lei de Anistia aprovada em 1979, ou seja, ainda nos limites temporais do Estado ditatorial.

Com fim da ditadura e a retomada dos direitos políticos e civis – sendo um dos principais marcos desse processo a eleição direta e democrática de Fernando Collor em 1989 – o escopo do projeto político-midiático de *Veja* terá acrescido um novo e significativo elemento – a adoção unívoca à perspectiva política e econômica neoliberal.

Ao fim desse ciclo – de um *impeachment* a outro – verificamos a emergência de “um processo contínuo de degradação institucional” capaz de empregar sentido a uma estrutura pendular de longa duração que oscila entre expansão e regressão democrática (Avritzer, 2019, p. 12).

Importante ressaltar que tomamos como premissa fundamental de nosso trabalho a perspectiva de que o *impeachment* de Dilma marca o início

de um novo momento político, de clivagem crítica em relação ao ciclo de construção da democracia que se inicia ao final de uma transição que foi marcada pela ampla negociação entre as elites políticas (Santos, 1978; Fernandes, 1986); pela manutenção de prerrogativas (ou escombros) militares (Zaverucha, 2005); e pelas permanências autoritárias da cultura política brasileira (Avritzer, 2019).

Considerados esses pressupostos, o presente artigo intenciona analisar como a categoria discursiva *povo* foi mobilizada pela revista *Veja* (Chicarrino, 2020) durante os dois processos de *impeachment* de presidentes da República no recente ciclo democrático: Collor e Rousseff. Isso porque compreendemos que certos sujeitos midiáticos possuem protagonismo na mobilização discursiva em torno de uma reivindicação por buscar representar o “povo”, construído discursivamente como um ator majoritário e subalterno, em oposição a uma ‘elite’ ilegítima.

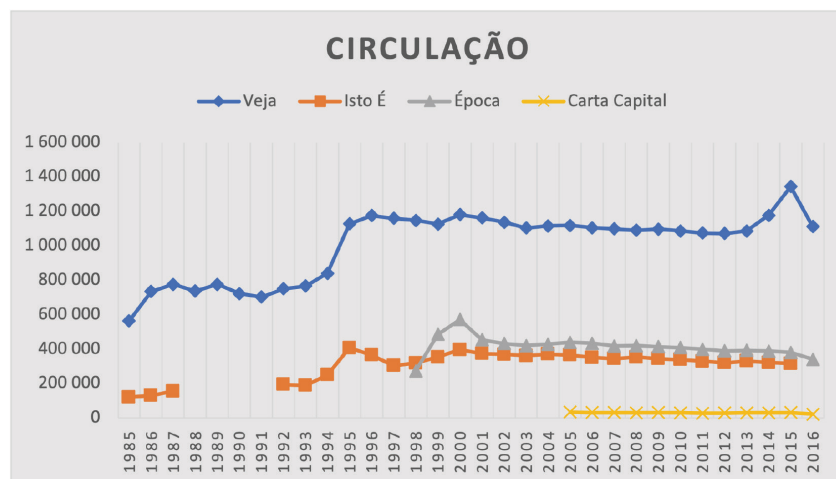
Para tanto, o presente artigo se divide em uma exposição metodológica, seguida pela apresentação do referencial teórico adotado. Na sequência, o

discurso de *Veja* será sistematizado a partir do corte temporal dado pelos *impeachments* Collor em 1992 e Rousseff em 2016, considerando a importância desses processos de impedimento para a consolidação democrática do país. A construção da composição discursiva da revista *Veja* nos casos demarcados permitirá tecer uma análise conjunta acerca dessa produção discursiva tendo como foco central a busca pelo entendimento da identificação diferencial e contingencial empregada na razão discursiva do populismo, tendo em vista que a revista pode ser considerada uma enunciadora-chave na articulação de sentido social.

Procedimentos metodológicos

O estudo da produção discursiva de *Veja* se justifica: 1) do ponto de vista do poder simbólico por ser uma caixa de ressonância a ser reverberada por outros meios de comunicação, ou o que McCombs (2004) chama de *gatekeeping* ou agendamento intermídia; 2) por ela própria ter um potencial de agendamento, exercendo

Figura 1. Circulação 1985 a 2016⁴



Fonte: IVC – Instituto de Verificação de Circulação

influência significativa na mediação do debate público. Isso porque é a revista brasileira de maior circulação nos últimos 30 anos (Ver Figura 1).

Considerando *Veja* um ator relevante a integrar o ecossistema midiático brasileiro, foram selecionados os conteúdos jornalísticos que tratam especificamente das terminologias correlatas à categoria discursiva *povo* (tais como nação) tendo em vista que nosso objetivo foi analisar a mobilização discursiva empregada pela revista nos dois contextos de *impeachment*, entendendo-os como contingentes e sujeitos a articulações específicas. Buscamos no próprio discurso de *Veja* os argumentos e a retórica populista.

A amostra intencional partiu de um universo⁵ de: 1) 36 edições com

195 conteúdos midiáticos⁶ durante o *impeachment* de Collor, que vão do dia 24 de maio de 1992, edição 1234, ao dia 06 de janeiro de 1993, edição 1269, na semana seguinte à renúncia/deposição de Collor; 2) 98 edições com 523 conteúdos midiáticos durante o *impeachment* de Dilma, sendo as veiculadas entre o dia 29/10/2014, edição 2397, ao dia 07/09/2016, edição 2494, considerada histórica pela própria revista por sinalizar o fim do projeto de poder petista.

O referencial acerca do populismo

Os termos “populismo” e “povo” se tornaram um campo lexical com crescente espaço na linguagem política e midiática em âmbito internacional (Stavrakakis, 2017; Glynos & Mondon, 2016). Cientistas políticos alertam de forma corriqueira sobre a

existência de uma ameaça em torno da ascensão do populismo no mundo, descrevendo, por vezes, atores perigosos que, em sua capacidade ímpar de “manipular a população”, conduzem a democracia à beira do abismo.

No entanto, as dificuldades em compor uma categoria analítica coerente capaz de expressar a particularidade que delimita o populismo enquanto fenômeno político persistem. Aproximações teóricas tentaram delimitar o populismo a uma unidade peculiar pela nomeação de elementos substantivos, como a concepção do populismo como uma estratégia, tal qual proposta por Kurt Weyland (2001). A caracterização de atores e movimentos como populistas expõe a limitação da atribuição desses elementos substantivos de caráter uniforme, algo que tem sido objeto de amplo debate acadêmico, por serem “sempre esmagados por uma avalanche de exceções” (Laclau, 2005, p. 117). Nesse sentido, Weyland – como tantos outros – acrescentam novos e velhos elementos a uma interminável busca pela delimitação e denotação do conteúdo ao qual o populismo se refere (Moffitt & Tormey, 2014).

4 Segundo a IVC Brasil, a tiragem de uma publicação é o número bruto de exemplares impressos, enquanto a circulação representa efetivamente o número de exemplares que chegaram às mãos dos leitores, seja por meio de assinaturas, venda avulsa ou distribuição direcionada. Sobre a revista *IstoÉ*, destacam que ela não é filiada ao IVC desde meados de 2015, por essa razão não há dados de sua circulação em 2016.

5 O *corpus* empírico do item 1 foi selecionado a partir das seguintes palavras-chave: Fernando Collor; PC Farias; Pedro Collor; *impeachment*; CPI (Comissão Parlamentar de Inquérito). Do item 2 a partir das seguintes

palavras-chave: Dilma Rousseff; Petrolão; Paulo Roberto Costa; Petrobrás; João Vaccari Neto; Lava-Jato; Sérgio Moro; *impeachment*.

6 Por conteúdos midiáticos entendemos: reportagem de capa; reportagem; editorial; coluna; entrevista; radar (notícias e/ou análises sintéticas e diversas reunidas em uma única página em pequenos parágrafos).

Atrelado às caracterizações derivadas da acumulação de atributos, inúmeros esforços têm sido feitos visando compreender o populismo como um efeito sintomático de mudanças socioeconômicas e socioculturais. Nesse escopo, o populismo é considerado um efeito de processos sociológicos particulares, como seria o caso dos processos de industrialização nacionais, ou uma debilidade institucional (e.g. Betz, 1994). No entanto, o populismo é reconhecido e nomeado de forma crescente em sociedades industrializadas e com robustas estruturas institucionais (Laclau, 2005). Assim, mesmo considerando que os desenvolvimentos sociológicos resultam fundamentais na compreensão do populismo, este não pode ser delimitado e determinado por eles.

Nesse sentido, perspectivas diligentes das lógicas formais do populismo têm avançado em uma busca por formular uma conceituação analiticamente mais produtiva e politicamente operativa. Dentre elas, a teoria do discurso da Escola de Essex, inspirada no trabalho de Ernesto Laclau (1977; 2005), tem prestado particular atenção na dimensão discursiva,

entendendo o populismo como uma “razão” na estruturação lógica do campo político.

Partindo do estruturalismo linguístico, a teoria do discurso compreende a produção de sentido como um sistema de diferenças entre valores relacionais (Saussure, 1916). O *giro* linguístico nas ciências sociais remarca a natureza diferencial de toda estrutura significante, e aprofunda o caráter político (quer dizer, contingente) de toda forma de articulação de sentido. Isto para dizer que, toda tentativa de construir uma identidade própria (um “nós”) precisa sempre da nomeação diferencial de quem são “os outros” – nomeação daquilo que “nós” não somos. Portanto, toda identificação é fruto de uma relação negativa, pois se estabelece necessariamente na diferença com outros (Laclau & Mouffe, 1985).

É nesse sentido que Ernesto Laclau compreende o populismo, como uma lógica na qual o campo político é dividido por uma única fronteira antagônica opondo “nós” contra “eles” (Laclau, 2005, p. 130). Em essência, se entende como lógica política precisamente por não estar determinada por

elementos organizativos, estratégicos ou ideológicos pré-estabelecidos, mas composta e articulada de forma contingente e concreta. Significando que, para que esse “nós” contra “eles” se estabeleça, é necessário nomear os termos concretos dessa relação (Marchart, 2007, p. 5).

Em todo campo discursivo existem elementos privilegiados na composição de uma estrutura de sentido, os quais Laclau e Mouffe tem identificado como “pontos nodais” (Laclau & Mouffe, 1985). Esses nódulos discursivos estruturam tanto as cadeias de equivalências na composição do “nós”, quanto a lógica diferencial com a construção discursiva do “eles”. O “nós”, por exemplo, pode ser composto por sujeitos que se consideram ‘democratas’, mas a equivalência entre esses sujeitos sociais heterogêneos tem que ser nomeada para que possa ser construída. Nesse sentido, eles se reconhecem equivalentes na medida em que se opõem discursivamente ao “eles” (os “antidemocratas”). O significante “democracia” é nesse campo discursivo um *ponto nodal*, já que a partir dele é que a estrutura de sentido social se estabelece.

Portanto, a lógica discursiva do populismo é parte constitutiva de toda tentativa de estruturação de nossas identidades políticas, bem como o entendimento dos indivíduos sobre a sociedade como um todo. Assim, o populismo deixa de ser uma *caracterização* (e.g. atores demagógicos, movimentos subdesenvolvidos, organizações sujeitas a personalismos etc.) passando a uma *categoria analítica*, com ferramentas conceituais que nos auxiliam a compreender as dinâmicas políticas em disputa pelo estabelecimento de um sentido no campo social.

A teoria do discurso tem aberto um campo analiticamente interessante a ser explorado. Não só tem nos permitido compreender os crescentes discursos antipopulistas na bifurcação que supõe a construção do antagonismo com determinados atores nomeados como “populistas” (Stavrakakis, Katsambekis, Kioupiolis, Nikisianis, Siomos, 2018), mas também nos indica a relevância de estudar discursos suprapartidários em sua influência na estruturação do sentido social. Aqui, sujeitos midiáticos têm sido enfatizados, tidos como atores fundamentais na composição

da agenda política, seja no contexto Europeu (Glynos & Mondon, 2016), ou no contexto Latino-americano (Ronderos & de Barros, 2020).

O povo no *impeachment* de Collor

A presidência do candidato Fernando Affonso Collor de Mello, transcorreu entre o dia 15 de março de 1990 até 29 de dezembro de 1992, data de sua deposição. Meneguello (1998) sublinha que o *impeachment* de Collor foi a ratificação de que um presidente não pode governar à revelia dos partidos, sem o estabelecimento de alianças partidárias.

O então candidato teria contado com a colaboração de organizações empresariais, de comunicação, pesquisa e publicidade, incluindo a *TV Globo*, segundo Sallum Jr. (1996), na configuração de um “cenário político” pró-Collor como aquele que poderia combater a corrupção por estar supostamente “fora” do sistema, da política tradicional, embora tivesse ascendência na classe política, especificamente na oligarquia alagoana.

Em 27 de maio de 1992, o irmão do presidente, Pedro Collor de Mello,

o acusa publicamente de estar vinculado a um esquema de corrupção, o “esquema PC Farias”, seu testa-de-ferro. Paulo César Farias (conhecido como PC), havia sido tesoureiro de Collor na campanha para governador em 1986 e mesmo que não tenha sido oficialmente o tesoureiro da campanha presidencial, atuou de forma irregular na busca de apoio financeiro. E, embora os Collor tivessem tentado neutralizar os efeitos negativos afastando o próprio delator do comando dos meios de comunicação da família por um tipo de “desequilíbrio emocional”, tal escândalo consumiu intensamente o tempo midiático. É importante lembrar que sob a influência do pai de Collor, Arnon de Mello, senador pela Arena, a família adquiriu uma concessão de canal de TV em Alagoas com direito de transmissão da *Rede Globo* (Melo, 2003).

Em entrevista à *Veja* na edição 1236, um traço do patrimonialismo brasileiro transborda quando Pedro Collor diz: “Na mesma reunião em que falei do novo jornal com Fernando, eu disse que precisávamos também de duas rádios FM pequenas ou médias, na periferia de Maceió”, ao

Figura 2. capa da edição 1020, de Veja

Figura: capa Edição 1020, 23/03/1988

Figura 3. capa da edição 1268, de Veja

Figura: Capa Edição 1268, 30/12/1992



Fonte: Acervo Veja.

ser questionado como tal pedido poderia ser cumprido Fernando respondeu: “Pelas vias normais. Essas duas rádios já existiam no plano traçado pelo governo” (27/05/1992, p. 17). E acrescenta que o plano foi modificado a fim de contemplar cidades que não tinham rádios FM, uma estratégia de PC para afrontá-lo.

Essa impactante edição contou com manchete de capa “Pedro Collor conta tudo”, quando o delator chama PC de “testa de ferro” do irmão-presidente, sendo este conivente com a corrupção. Nesse contexto, a narrativa de que o *impeachment* vai se tornando uma opção candente nas páginas de *Veja*, e como se trata de “[...] um processo jurídico mas também político” (Edição 1240, 24/06/1992, p. 20), provas de “crime de responsabilidade” devem ser apresentadas, uma existência absurda meses atrás, mas que agora poderia surgir a qualquer momento.

Em reportagem (Edição 1249, 26/08/1992) sobre o uso de informações privilegiadas por Paulo César Farias (PC) e Collor, assevera-se: “é uma tragédia: os brasileiros elegeram e levaram a sério um farsante ou um

*A teoria do discurso
tem nos permitido
compreender
os discursos
antipopulistas e
a relevância de
estudar discursos
suprapartidários
na estruturação
do sentido social*

desequilibrado. Em ambos os casos, um desclassificado” (p. 23). Nesse momento, *Veja* posiciona-se como um ator político fundamental no processo de investigação e exposição dos atos que podem integrar o processo de *impeachment*, isentando-se de qualquer responsabilidade na construção da imagem de Collor durante o período eleitoral – o “caçador de marajás” (Ver Figuras 2 e 3). Se ele é verdadeiramente um farsante, ele enganou todo o *establishment* midiático, continua a reportagem.

Se antes de assumir, Collor carregava um *ethos* publicitário embalado em um discurso salvacionista potencializado pela grande imprensa brasileira, agora tudo teria se esvanecido:

Collor já foi considerado um grande comunicador. Na verdade esse conceito é enganoso, tantas vezes é aplicado quando o que se quer dizer é “grande manipulador”. Mas vá lá que o conceito seja positivo, e que, nesse bom sentido, um dia tenha caído bem em Collor. Se foi assim, hoje ele é vítima da maldição inversa. Nada mais do que comunica cola,

tanto os sentimentos que estampa no rosto como as palavras que despeja dos lábios. Tudo termina na mesma pasta de fingimento, mentira e impostura. (Coluna Roberto Pompeu de Toledo. Edição 1252. 16/09/1992, p. 110)

O fechamento narrativo do empacotamento publicitário do salvador da pátria é feito na coluna de Elio Gaspari dias antes da votação do *impeachment* no Senado:

Foi o mais falso, arcaico e irresponsável projeto de mistificação política da História brasileira. Falso por produto da manipulação. Arcaico porque numa presidência messiânica confiscou a poupança de quem não tinha e dilapidou o Estado em consórcio com aqueles que querem mais. Irresponsável porque seus financiadores sabiam precisamente o que estavam comprando e vendendo. (Edição 1268. 30/12/1992, p. 25)

Na edição 1245 (05/08/1992, p. 18) a revista diz que o PMDB, PSDB e o PT “começaram a ensaiar

um pacto que entregaria ao cidadão comum a iniciativa de tentar abrir o processo contra Collor” por meio de seus próprios parlamentares. O mesmo “cidadão comum” surge nas ruas e nas páginas de *Veja* (Edição 1248. 19/08/1992) corporificado em estudantes secundaristas em sua maioria de escolas privadas e universitários.

Com a análise de que “só um povo que faz História em ritmo de Carnaval pode derrubar o presidente que era o chefe de um bando de lunáticos” (Edição 1268. 30/12/1992, p. 32), a revista convoca o povo a fazer história. Diferentemente do “domingo negro” de 16 de agosto, que contava predominantemente com secundaristas e com a classe média urbana em protestos realizados por todo país, as novas manifestações que tomaram o Brasil apresentavam diferentes matizes ideológicos e classistas e foram tratadas por *Veja* sob o enquadramento do espontaneísmo, como se não tivessem contato com um ecossistema informativo que narrava diuturnamente o passo-a-passo da CPI e a frenética busca por provas a relacionar criminalmente PC e Collor; como se o “cidadão comum” não tivesse sido

conclamado, especificamente por *Veja*, em edições anteriores.

Na esteira dos acontecimentos – já com Collor afastado da Presidência pela Câmara, por 441 votos favoráveis à sua saída – *Veja* publica outra edição chamada de histórica pois dedica todo o seu conteúdo a esse fato, além, evidentemente, de páginas de publicidade, algumas das quais dialogam com o momento político, como a do Banco Bamerindus que se expressa em frases como “O Brasil somos nós” e “O Brasil em primeiro lugar” (Edição 1255. 30/09/1992, p. 56 e 57).

O editorial, maior do que o de costume com uma página inteira, tece elogios aos jovens, às ditas fortalecidas instituições democráticas, e ao chamado “cidadão comum” que foi às ruas espontaneamente se manifestar por um Brasil que “disse não à corrupção. Disse não à impunidade. Não à conciliação” (Edição 1255. 30/09/1992, p. 04).

O povo no *impeachment* de Dilma Rousseff

Dilma Vana Rousseff foi a primeira mulher eleita ao cargo de

presidente da República em pleito ocorrido em 2010, sendo reeleita em 2014 e retirada da Presidência através de um processo de *impeachment* em 2016, especificamente no dia 31 de agosto.

O contexto que antecede a reeleição de Dilma é marcado por uma significativa piora no cenário econômico nacional, expondo a artificialidade do Milagrinho – um qualificativo utilizado por Carvalho (2018) para indicar que esse processo não era perene, tomando como referência o Milagre econômico do período militar – e com uma ausência de planejamento político: “o ensaio desenvolvimentista abriu um vácuo sob os próprios pés e acabou por provocar a mais séria crise do lulismo quando a reação burguesa unificada em favor do retorno neoliberal tornou-se incontestável” (Singer, 2015, p. 71).

Ao preâmbulo da crise econômica se somou uma espécie de perturbação da “representação simbólica da hierarquia, ao tornar menos eficazes seus princípios organizadores (renda, escolaridade, raça)” (Alonso, 2017, p. 50), formando um substrato freático capaz de incidir na disputa por hegemonia

de um dos principais eventos políticos ocorridos em nosso passado recente – as nomeadas *Jornadas de Junho* de 2013.

Se o lado ruim da vitória de Dilma é a sua própria vitória, segundo J. R. Guzzo (Edição 2398. 05/11/2014. p. 134), o pior é o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva querer voltar em 2018 e depois ser reeleito. Mas não se pode “querer que o cidadão de vida limpa se torne cúmplice do que ela própria, seu patrono e seu partido montaram para ganhar a eleição” – para tanto o colunista cita “as provas de corrupção na Petrobrás, já registradas pela máquina judiciária”.

Mantendo esse enquadramento, na edição 2404, J. R. Guzzo vai assim se manifestar:

O declínio de Dilma às vésperas de assumir seu segundo mandato não se manifesta apenas na falta de aptidão para governar. Tão ruim quanto isso é o desmanche moral de seu governo quatro anos antes da data de vencimento. Quase 70% dos brasileiros, na primeira pesquisa após as eleições, acham que a presidente está

envolvida, em maior ou menor grau, nos episódios de corrupção da Petrobrás. Hoje os brasileiros sabem que Dilma é capaz de comprar abertamente os votos de deputados para escapar ao cumprimento daquilo que mandam as leis – e se beneficia quando as galerias do Congresso são esvaziadas para que ela e seus agentes escapem de vaias. (Edição 2404. 17/12/2014. p. 136)

O resultado eleitoral e a forma como a oposição se comportará será a pauta da coluna de Roberto Pompeu de Toledo, além de outros conteúdos dessa mesma edição tratarem da vitória de Rousseff e da oposição vocalizada por Aécio Neves. Abaixo transcrevemos grande parte de sua reflexão, que é dividida em três itens, por entender que esses elementos são fundantes da conjuntura que levará Dilma ao *impeachment*:

1. O país mudou porque desponta no horizonte um embate político de novas características [...] os 50 milhões de Aécio anunciam um novo ânimo oposicionista, mas

Figura 3. Reportagem Edição 2446.

14/10/2015. P. 52 e 53



não dizem tudo [...] desde junho de 2013 já se suspeitava disso, mas agora se reforça a impressão de que o PT e os seus movimentos sociais satélites não são mais os donos das ruas [um] país dividido em duas fatias de igual peso e igual disposição de fazer valer a sua voz, em vez de ameaça, é combustível para a democracia. Apesar da vitória situacionista, o país que ressurgiu das urnas se apresenta mais verdadeiro e até promissor.

2. O governo da presidente Dilma parece exaurido porque é a continuação de uma cadeia de erros, o mais vistoso dos quais a condução da economia, e está emparedado porque lhe competirá tráfegar, nos próximos meses entre PT e PMDB, haja estômago, e entre colaboradores e abafadores do magno escândalo do petrolião, haja pulso. Herança maldita é isso!

3. O entusiasmo e a esperança de renovação que cercam a figura paradoxalmente perdedora de Aécio Neves surgem da suposição de que a oposição encontrou nele

a voz e, com a voz, o tom adequado aos tempos. (Edição 2399. 12/11/2014. p. 122)

As aparentes indefinições ou mesmo contradições são estratégias de negociação política, de estabelecimento de aliados em torno de uma única pauta que é a saída de Dilma, por renúncia ou por *impeachment*, algo que foi sendo construído desde o resultado das urnas em 2014, tanto pelo PSDB, quanto pela própria *Veja*.

A prática convocatória de *Veja* contra o PT e pela saída de Dilma começa a se evidenciar em suas páginas, de forma constante e pujante. Como em editorial e reportagem de capa da edição 2421 (15/04/2015) que apresenta a renúncia como uma possibilidade diante da desmoralização nas ruas e da constituição de um “parlamentarismo branco”, ou informal.

Ao possível processo de *impeachment* será associado o agendamento das chamadas manifestações populares que emergem com o fim do ciclo petista, qualificado por *Veja* como “corrupto” e “populista” (capa Edição 2438. 12/08/2015. p. 42 e 43).

Dos “painéis” ao histórico domingo, dia 16 de agosto de 2015, se faz o “começo do fim do governo” (Edição 2439. 19/08/2015. p. 54), tal como foi 23 anos antes no domingo negro do *Fora Collor*, e, mesmo que ainda não seja possível prever o desfecho dessa crise *Veja* mantém a indagação: “A história se repete?” (Edição 2439. 19/08/2015. p. 60).

E para referendar que a estratégia para que essa repetição se concretize é que se mantenham as manifestações nas ruas, destacam os personagens centrais dessa investida, em especial o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem pra Rua que protagonizou a pressão pelo *impeachment* em relação ao Congresso e nas páginas de *Veja* (Edição 2455. 09/12/2015. p. 90).

Assim, a ofensiva contra Dilma não se restringe aos manifestantes e movimentos organizados, mas se instala em sua própria chapa presidencial pela figura de seu vice-presidente, e “as dificuldades econômicas, as revelações da roubalheira no petrolião e a meteórica queda de popularidade construíram um cenário ideal para uma crise sem precedentes” (Edição 2441. 02/09/2015. p. 45). Como

Figura 4. Reportagem Edição 2455.

09/12/2015. p. 74 e 75



expressado por Temer “ninguém vai resistir três anos e meio com esse índice [de popularidade] baixo” (Edição 2442. 09/09/2015. p. 56) e para “superar a crise, o país precisa de alguém capaz de unificá-lo” (p. 57) – uma atitude, segundo a revista, tida como uma traição pela própria Dilma.

A vinculação entre as pesquisas de popularidade e a solução vinda pelo *impeachment* de Dilma será novamente explicitada em editorial: “nas democracias, vontades assim tão majoritárias costumam se materializar com facilidade” (Edição 2473. 13/04/2016. p. 14). E se isso não está acontecendo ainda se deve à tentativa de cooptação dos parlamentares por meios fisiológicos, e à própria biografia de um dos principais atores desse processo – Eduardo Cunha – que agora se vê às voltas com um escândalo internacional, o *Panamá Papers*, que revelou conexões entre autoridades públicas e paraísos fiscais.

As Figuras 4 e 5 mostram o que Veja entende ser o futuro da presidente em um enquadramento de associação com Collor, especialmente quando coloca a “vontade do povo” como se repetindo na história – Fora

Collor (os de preto) e Fora Dilma (os de verde e amarelo).

Da inevitabilidade do *impeachment*, a revista migra para a defesa irrestrita dessa medida, como em editorial da edição 2472 (06/04/2016. p. 12). A partir da edição 2474 (20/04/2016), um discurso que era disperso começa a ter centralidade nas páginas de *Veja*, sobre a necessidade de pacificação: “com o país polarizado no momento mais agudo da crise política, os brasileiros precisam superar as divergências, aplacar os ressentimentos e desarmar o espírito – só assim o futuro será de todos nós” (p. 47).

E, em tom festivo, é feita uma edição extra (2474. 21/04/2016), dias após a votação do *impeachment* no plenário da Câmara dos deputados, que contou com 367 votos favoráveis à saída de Dilma, e 137 contrários⁷.

Segundo Almeida (2018), a votação da admissibilidade do processo, excepcionalmente marcada para um

domingo e transmitida ao vivo a partir de escolha deliberada de Cunha, teve a finalidade de “aumentar a pressão midiática a favor do *impeachment*” (p. 168) e, “apesar da diversidade territorial e dos setores de atuação de cada deputado, boa parte do léxico político mobilizado valeu-se simbolicamente dos termos “deus”, “família” e “nação”, que operaram como elementos unificadores e transversais” (p. 167 e 168). Por outro lado, “a expressão “pedaladas fiscais”, acusação formal do processo jurídico-político, foi citada apenas oito vezes entre os 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*” (p. 168), e o “corrupção foi o termo de acusação mais recorrente e estava em sintonia com a mensagem da grande mídia naquele momento” (p. 169).

Na edição especial que pautou essa votação a revista traz em suas primeiras páginas uma publicidade com os dizeres: “O Brasil venceu” (p. 02 e 03). Produzindo discursivamente um contexto de manifestações em que uma “brava gente brasileira” teria tido “um papel decisivo na mudança de rumo da política nacional” (p. 40), *Veja* reitera que quem está nas ruas

⁷ Recuperado em 01 de nov., 2019, de: <<https://www.camara.leg.br/noticias/485947-camara-autoriza-instauracao-de-processo-de-impeachment-de-dilma-com-367-votos-a-favor-e-137-contrario>>.

Figura 5. Capa Edição 2494. 07/04/2016



pedindo a queda de Dilma não é a militância, mas o próprio “povo” em seu protótipo de “cidadão de bem”. Para a revista, o novo tempo viria com o fim da era petista – simbolizada na capa reproduzida pela Figura 5.

A revista em nome do povo – notas acerca da produção discursiva de *Veja*

A produção discursiva da revista *Veja* nos dois processos de *impeachment* se amparou na construção de cadeias de equivalência entre ela própria, enquanto porta-voz, e um “povo”. Essa identificação, que é contingencial, aciona antagonismos entre o “povo” e Collor, e depois contra Dilma e o PT.

Durante a campanha eleitoral em 1989 até o início de seu mandato, Collor era considerado por *Veja* um “grande comunicador”, além de capacitado a fazer as reformas neoliberais consideradas *essenciais* pela revista. Mas com o desenrolar das acusações de corrupção, bem como, da constatação da patente inabilidade governativa do presidente e da pouca ou nenhuma articulação com o Congresso Federal,

o mesmo passa a ser caracterizado como um “grande manipulador”, o chefe de um “bando de lunáticos”.

Contudo, a construção da imagem messiânica de Collor não aconteceu de forma fortuita. Ao contrário, contou com ampla participação de sujeitos midiáticos como a própria *Veja*, que ao final o descarta como um *político-mercadoria*. E em seu lugar virá o vice, Itamar Franco, como o único capaz de dar continuidade ao programa econômico e político neoliberal por adotar critérios técnicos e objetivos, segundo a revista.

Pela estrutura cultural, o vice parece um planejador dos anos 70. Gosta de estatais e de economia regulamentada. Como constituinte, teve o desempenho beato de um frade do PT. Votou pela estabilidade no emprego, pela estatização dos bancos, por uma reforma agrária agressiva. Mas, vejam só, desde aquela época recente, as estatais começaram a ser vendidas, a economia foi exposta à competição estrangeira, não há estabilidade no emprego e nem lei salarial em vigor. Temia-se

que na eventualidade de chegar à Presidência Itamar Franco pusesse essa roda a girar para trás num movimento nostálgico. Boa parte do que ele tem feito nas últimas semanas é mostrar que isso não acontecerá. (Edição 1254. 30/09/1992, p. 30)

O antagonismo em relação a Collor e em prol de uma certa perspectiva de país virá de um “nós” identificado discursivamente como um “cidadão comum”, um “cidadão de bem”, que nada tem a ver com os corruptos que chegaram ao poder por permissão e anuência do presidente. Um “povo” que não perde a alegria, mas que clama por um novo tempo. Um “nós” que é tratado de forma totalizante e homogênea como sendo o próprio Brasil e que, portanto, deve ser ouvido e ter a sua vontade acatada.

Os mesmos sentidos são articulados por *Veja* para antagonizar o “nós” – o povo brasileiro – e o PT, ou mais especificamente, Dilma Rousseff, onde o “cidadão de vida limpa”, honrado e decente tornou-se o agente da transformação por sua capacidade de se opor à corrupção – a vontade do

“povo” vivida durante a campanha pelo Fora Collor se repetiu no processo de impedimento pelo Fora Dilma. A vitória foi conquistada a partir do momento em que pelo agendamento midiático das supostas ações de corrupção empregadas pelos presidentes impedidos, as semelhanças entre ambos se tornaram evidentes, e assim, após julgamento público, o futuro comum é selado pelo “povo”.

Os dois elementos discursivos a estruturar o antagonismo entre Collor/Dilma e o “povo” em torno do signifi-
ficante corrupção são: a relação entre *bem e mal* pelas categorias de honra/desonra, decência/indecência; moralidade/imoralidade; limpo/sujo. Esse acionamento discursivo não é novo na história brasileira; na eleição de 1960, Jânio Quadros – o último presidente eleito antes do golpe de 1964 – utilizou um slogan de campanha que dizia “Varre, varre, varre vassourinha! Varre, varre a bandalheira!” (em referência à corrupção). Alguns anos depois, quando os militares dão o golpe, um dos argumentos por eles propagados era que a corrupção havia tomado conta do Estado e que eles “limpariam a casa” para depois devolvê-la aos civis.

*O antagonismo em
relação a Collor é
pensado a partir
de um “povo”
que não perde a
alegria, mas que
clama por um novo
tempo. Um ‘nós’
que é tratado de
forma totalizante
como sendo o
próprio Brasil*

A diferença discursiva entre Collor e Dilma enquanto corrompidos e corruptores ganha contornos mais intensos na associação entre a petista e o seu partido. Ou seja, há um recurso de significação essencialista em relação ao PT como intrinsecamente corrupto, em todo aquele que é identificado como petista, ainda mais quando se trata de um governante.

Para a revista, a retirada do PT, sendo ele um mal em si, “corrupto e populista”, propiciará ao “povo” um futuro de “todos nós”, sem divergências e polarizações. Mas o fim não é o da polarização em si, mas da convergência em torno da perspectiva política e econômica neoliberal que é constitutiva do próprio projeto político-midiático da revista *Veja*.

Conclusões

A revista *Veja* possui uma capacidade discursiva de pautar os termos do debate público no que se refere às disputas em torno dos contornos político e econômico do Estado brasileiro, constituindo-se como um ator central na construção de uma opinião pública e mesmo de um imaginário

coletivo. Com interesses próprios, a revista interage na composição dos antagonismos sociais. Nesse sentido, o populismo como lógica se torna fundamental na análise discursiva sobre as narrativas compartilhadas.

Tal racional analítico tem inspirado inúmeros esforços acadêmicos por compreender como lideranças e partidos políticos constroem as suas identidades (nós), sempre em contraposição à dos seus adversários (eles). Para tanto, a disputa política supõe necessariamente a constrição discursiva dos atores antagônicos, já que esta nunca é dada de forma objetiva e/ou prévia.

Por vezes, os discursos antipopulistas apresentam com clareza os princípios formais desta lógica discursiva. Ao atribuir aos seus adversários a designação pejorativa de “populistas”, os antipopulistas constroem os seus opositores como sujeitos indesejáveis aos “interesses do povo”. No caso brasileiro tem se notado como a utilização deste significante tem sido mobilizado contra o PT de modo geral, e como fundamento para o impedimento do mandato Rousseff em particular. No entanto, também foi acionado por *Veja*

ao tratar Collor como um “manipulador”. Apreende-se assim, a relevância de desenvolver uma análise não restrita a atores da política formal, mas sobremaneira de grupos midiáticos, como é o caso da revista *Veja*.

Retomamos ao fim a premissa fundamental de nosso trabalho, de que o *impeachment* de Dilma Rousseff evidencia uma recomposição do ciclo democrático iniciado em 1985, que se inicia ao final de uma transição amplamente negociada que em seu caráter conciliatório manteve exclusões sociais, econômicas e políticas, e assentiu sobre as permanências autoritárias em nossa cultura política. Por conta de seu caráter contingente, a disputa por seus sentidos está posta, as rearticulações e ressignificações podem se constituir em fratura, ou mesmo se redirecionar em radicalização democrática.

O impedimento presidencial caracteriza uma prática orgânica no controle do mandato Executivo já que desde o processo de redemocratização somente dois presidentes eleitos pelo voto popular terminaram seus mandatos no tempo estimado com duas reeleições (Fernando Henrique Cardoso

1994-2001; Lula 2002-2010), e, além dos impedidos – Collor e Dilma – já se discute a possibilidade de impedimento do mandato, ou suspensão do princípio constitucional do atual presidente, Jair Bolsonaro (2018).

Em concreto, identificamos a mobilização discursiva *impeachment* pela *Veja*, como um processo que promete, segundo a revista, a eliminação da polarização social. O apelo discursivo é construído entre o “povo” e o “anti-povo” pelos usos dos termos de “bravo povo”, “cidadão comum” ou “cidadão de bem” como o *nós*, em oposição direta a atores descritos como “corruptos”, “manipuladores” ou “populistas”.

Referências bibliográficas

- Alonso, A. (junho de 2017). *A Política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. Novos estudos. Novos Estudos - CEBRAP*, 37(1), 49-58.
- Avritzer, L. (2019). *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia.
- Azevedo, F. (2004). *Agendamento da política*. In A. Albino, & R. Canelas, (orgs.), *Comunicação e*

- política - Conceitos e abordagens. Salvador: Editora Unesp.
- Betz, H. G. (1994). *Radical right-wing populism in Western Europe*. Springer.
- Carvalho, L. (2018). *Valsa Brasileira - Do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia.
- Chicarino, T. (2020). *A revista Veja e a produção de escândalos políticos (1985-2016)*. Tese de Doutorado PUC/SP.
- Fernandes, F. (1986). *Nova República?* Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Glynos, J., & Mondon, A. (2016). The political Logic of populist hype: the case of right-wing Populism's 'meteoric rise' and its relation to the status quo. *Populismus Working Paper Series*, 4, 1-21. Consultado a 11 de novembro de 2020, em <http://www.populismus.gr/wp-content/uploads/2016/12/WP4-glynos-mondon-final-upload.pdf>
- Laclau, E. (1977). Towards a theory of populism. *Politics and ideology in Marxist theory*, 143-200.
- Laclau, E. (2005). *On populist reason*. London e New York: Verso.
- Laclau, E., & Mouffe, C. (1985). *Hegemony and socialist strategy: Towards a radical democratic politics*. London, New York: Verso.
- Lattman-Weltman, F., Carneiro, J., & Ramos, P. (1994). *A imprensa faz e desfaz um presidente – O papel da imprensa na ascensão e queda do “fenômeno” Collor*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Marchart, O. (2007). *Post-foundational political thought: political difference in Nancy, Lefort, Badiou and Laclau*. Edinburg: Edinburgh University Press.
- MELO, C. A. F. (2003). *Collor: fortuna e virtú*. A ascensão e a queda de um medalhão. Tese de Doutorado PUC/SP.
- Meneguello, R. (1998). *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra.
- McCombs, M. (2004). *A teoria da Agenda. A mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Moffitt, B., & Tormey, S. (2014). Rethinking populism: Politics, mediatization and political style. *Political studies*, 62(2), 381-397.
- Ronderos, S., & de Barros, T. Z. (2020). Populismo e antipopulismo na política brasileira: massas, lógicas Políticas e significantes em disputa. *Aurora - Revista de Arte, Mídia e Política*, 12(36), 31-48.
- Sallum Jr., B. (1996). *Labirintos. Dos gerais à Nova República*. São Paulo: Editora Hucitec.
- Santos, W. G. (1978). *Poder & Política. Crônica do Autoritarismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária
- Saussure, F. D. (1916). *Course in general linguistics* (trans. Wade Baskin). London: Fontana/Collins, 74.
- Singer, A. (2015). *Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014)*. Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, Julho.
- Stavrakakis, Y. (janeiro de 2017). How did “populism” become a pejorative concept? And why is this important today? A genealogy of double hermeneutics. *Populism in Theory: Towards an Anthropological Framework workshop*. Barcelona: Universidad de Barcelona.
- Stavrakakis, Y., Katsambekis, G., Kioupiolis, A., Nikisianis, N., & Sioimos, T. (2018). Populism, anti-populism and crisis. *Contemporary Political Theory*, 17(1), 4-27.

Weyland, K. (outubro de 2001). Clarifying a contested concept: Populism in the study of Latin American politics. *Comparative politics*, 34(1), 1-22.

Zaverucha, J. (2005). *FHC, Forças Armadas e Polícia*. Rio de Janeiro: Record. Consultado a 1 de outubro de 2019. <http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>

Edições da revista *Veja* citadas:

1020. 23/03/1988; 1236. 27/05/1992; 1240. 24/06/1992; 1245. 05/08/1992; 1248. 19/08/1992; 1249. 26/08/1992; 1252. 16/09/1992; 1254. 30/09/1992; 1255. 30/09/1992; 1268. 30/12/1992; 2398. 05/11/2014; 2399. 12/11/2014; 2404. 17/12/2014; 2421. 15/04/2015; 2438. 12/08/2015; 2439. 19/08/2015; 2441. 02/09/2015; 2442. 09/09/2015; 2455. 09/12/2015; 2472. 06/04/2016; 2473. 13/04/2016; 2474. 20/04/2016; 2494. 07/04/2016.